

**Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Núcleo dos Biomas Cerrado e Pantanal**

**Comissão Nacional do
Programa Cerrado Sustentável - CONACER**

Ajuda-Memória Reunião dia 28.09.2007

Abertura

Às 09:30 horas do dia 28 de setembro de 2007, na Sala dos Conselhos do Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, foi dado início à Reunião da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável - CONACER, sob a coordenação de sua Presidente, Sra. Maria Cecília Wey de Brito.

1. Zoneamento agroecológico e biocombustíveis

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) abriu a reunião agradecendo a presença dos membros e apresentando os Srs. Pedro Luiz de Freitas e Roberto Vizentin, que foram convidados para fazer as exposições de acordo com a agenda da reunião passada. Sugeriu, tendo em vista ainda não haver quorum suficiente, que se iniciasse a reunião pelas exposições, e que posteriormente se procedesse à aprovação da ata da última reunião e à discussão de planos de ação, quando já estaria presente o restante dos membros.

Roberto Vizentin (MMA) inicialmente informou que o Secretário Egon Krakhecke não pôde comparecer por ter sido convocado pela Ministra. Em seguida, seguiu à sua exposição, falando como o Governo Federal está abordando a questão dos biocombustíveis, em especial o etanol. Esclareceu que há uma coordenação na Casa Civil responsável por conduzir essa agenda de forma integrada e coordenada dentro do Governo. Falou que principalmente os estados do centro-sul do país correspondem à frente de expansão do etanol, e que há uma preocupação muito intensa sobre isso; todos esses estados estão procurando ordenar o processo de expansão e entende-se que as providências estão sendo tomadas.

Explicou que existem três frentes no governo que procuram organizar essa agenda e fazer o diálogo com o setor produtivo, privado e com a sociedade e mesmo dentro do Governo: a primeira frente é a do zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar, coordenado pelo MAPA; a segunda é a proposta da criação de um selo, e que pode se desdobrar em uma certificação da cadeia produtiva do etanol; e a terceira é o que o Presidente Lula tem chamado de uma convenção nacional trabalhista.

Em relação ao zoneamento agroecológico, falou que a Embrapa elaboraria um termo de referência seria discutido no âmbito do consórcio ZEE Brasil e mais 13 instituições. Disse não saber se vai ser uma discussão localizada em Brasília ou regionalizada, mas que serão criadas comissões nos estados, pois os produtos serão gerados por estado. O Ministro Reinhold Stephanes estabeleceu o prazo de 1 ano para que esse zoneamento seja apresentado e que oriente as decisões estratégicas, tanto do Governo Federal, como dos Governos Estaduais; quanto ao selo, informou que ainda está em processo de formulação, mas que o INMETRO está envolvido, para criar e propor padrões de conformidade para esse processo; e sobre a chamada convenção trabalhista, é um entendimento, um pacto com o setor produtivo. A

proposta é o estabelecimento de salva-guardas socioambientais, que assegurem a própria competitividade do setor, nacional e internacionalmente.

Informou também que no zoneamento agroecológico um dos temas centrais e prioritários são os recursos hídricos, e que o MMA está envolvido, por intermédio da ANA, com a questão da outorga, pois a cana exige uma forte demanda de água, tanto na fase agrícola, da produção, como na indústria, pois a maioria dos empreendimentos está em rio de domínio dos estados, e estes não estão preparados para esse desafio. Será necessário padronizar um pouco o licenciamento, porque os procedimentos são muito díspares de estado para outro. Alguns critérios estão sendo discutidos, como a distância entre uma usina e a outra para evitar a monocultura e o impacto sobre os sistemas de produção locais. Mas disse que não há instrumento que impeça que uma propriedade converta sua cobertura vegetal - no que a legislação permite - em plantação de cana ou qualquer outra cultura, a não ser que se faça um pacto. Disse ainda que todos os projetos de zoneamento dos estados, com os quais há acordo de cooperação, prevêem a participação social em todas as fases do zoneamento.

Por fim, afirmou que a CONACER poderia contribuir com recomendações e diretrizes para essas três frentes, e que o mapa de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e o mapa de remanescentes de cobertura vegetal seriam utilizados como pontos de partida para compaginar os vetores da expansão da cana.

Maria Cecília Wey de Brito (SBF/MMA) participou que esta Comissão devia buscar um meio de traduzir as suas expectativas junto à comissão da Casa Civil, por meio do que se entendeu ser o caminho mais adequado. Citou o seminário que deveria ser feito junto aos grandes setores que atuam sobre o Cerrado, de maneira a criar com eles uma agenda positiva. Convidou então o Sr. Roberto Vizentin e a Secretária de Extrativismo e Desenvolvimento Sustentável a colaborar nessa agenda. Após isso, pediu licença para retirar-se, e deixou a condução da reunião com o Sr. Mauro Pires.

2. Revisão das classes de aptidão dos solos do Cerrado

Pedro Luiz de Freitas (Embrapa Solos) informou que o Dr. Celso não pôde comparecer justamente por estar em uma reunião sobre o zoneamento agroecológico. Iniciou sua apresentação falando da experiência que a Embrapa possui no manejo de solos tropicais. Explicou que o principal problema da agricultura em qualquer lugar do mundo ainda é a erosão, e quais são os fatores a causam. Apresentou um mapa mostrando que nas regiões do Brasil onde o solo é mais frágil, como o noroeste do Paraná e a região sudeste de Goiás, o plantio direto foi adotado de forma mais significativa, mas que se deve considerar a própria diversidade do Cerrado. Explicou que um sistema de manejo é um conjunto de práticas, e o uso de uma prática isolada causa problemas, mesmo em sistemas ditos conservacionistas. O plantio direto não é só o não-revolvimento do solo; é também a rotação de culturas, a cobertura do solo, as práticas mecânicas envolvidas. Todos esses são princípios da ciência agrônoma, inclusive das práticas conservacionistas. Já estas são localizadas, e o zoneamento indica quais são as mais indicadas.

Apresentou o sistema de aptidão agrícola utilizado pela Embrapa, e explicou que ele avalia todas as características do solo e em seguida aponta quais são aquelas terras em que se pode ter exploração agrícola com sustentabilidade, e que preconiza três

níveis de manejo recomendados: o de baixo, o de médio e o de alto nível técnico-cultural (níveis A, B e C, respectivamente). Participou que em um primeiro momento, pensou-se em criar um nível D, que seria de alto nível tecnológico e a aplicação dos princípios já mencionados. Entretanto, o plantio direto é um sistema que permeia todos os 3 níveis, e dessa informou que a proposta é ter um protocolo metodológico de avaliação específico para ele, envolvendo todos os princípios já mencionados.

Informou então que a Embrapa Solos e seus parceiros estão prontos para formular uma proposta, a ser encaminhada à CONACER, com protocolo e princípios bem definidos, mas que ainda não há nada formalmente escrito pois nunca houve uma demanda formal a esse respeito. Lembrou que esse estudo envolveria recursos para a execução e ter-se-ia que verificar a estratégia para viabilizar essa proposta, e quais seriam os parceiros.

John Landers (APDC) expôs sua preocupação com o sistema de aptidão, devido ao fato de que o único fator utilizado para qualificar a erodibilidade do solo foi o declive. Disse entender que outros fatores, como cumprimento de rampa, textura do solo, cobertura do solo e infiltração da chuva serão englobados na equação universal de perda de solo, mas questionou como isso será incorporado à classificação de aptidão de modo a se ter uma medida muito mais abrangente sobre a real erodibilidade do solo, uma vez que esta é muito modificada pelo plantio direto, o que altera totalmente os critérios de erodibilidade. Por último, questionou se é possível elaborar o protocolo proposto a tempo de colaborar com o zoneamento agroecológico.

Pedro Luiz de Freitas (Embrapa Solos) explicou que em um protocolo metodológico voltado à avaliação da aptidão agrícola, as características intrínsecas do solo são consideradas, logicamente, só que não de uma maneira explícita. Quando se coloca um procedimento metodológico diferenciado, a primeira coisa que se faz é considerar que existe uma mudança nas características intrínsecas desse solo para se ter a susceptibilidade da erosão como um fator de limitação. Com o advento dessa nova realidade que é o sistema de plantio direto essas características intrínsecas ganharão um peso maior e terão que ser explicitadas. Disse ter certeza de que, no momento em que houver uma formalização dessa demanda, esses princípios serão discutidos em um grupo mais amplo.

Mauro Pires (MMA) sugeriu, como encaminhamento, que o Sr. John Landers preparasse uma minuta de solicitação à Embrapa Solos com vistas à elaboração de uma proposta que considere a inclusão de demais critérios de definição da aptidão agrícola para qualificar a erodibilidade dos solos. Acatando ainda a sugestão da Sra. Fani Mamede, solicitou que esta minuta circulasse pela lista de membros, para que estes pudessem fazer eventuais considerações.

3. Encerramento da Reunião

A CONACER, com base em seu Regimento Interno, optou por encerrar a reunião após solicitação formal de contagem de quorum feita pelo Sr. José de Oliveira e constatação de ausência do mesmo. Como encaminhamentos, o Sr. Mauro Pires sugeriu para a próxima reunião da CONACER o detalhamento do Programa Cerrado Sustentável em planos de ação, que estava na pauta desta reunião; e, paralelamente, realizar uma reunião do grupo responsável pelo formato do seminário com os setores produtivos, aproveitando a oportunidade do zoneamento agroecológico e a parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a fim de se

trabalhar de forma mais focada a questão do impacto da cana-de-açúcar em região de Cerrado.

Encaminhamentos:

- 1) Enviar solicitação de elaboração de uma proposta que considere a inclusão de demais critérios de definição da aptidão agrícola para qualificar a erodibilidade dos solos à Embrapa Solos;
- 2) Discussão dos Planos de Ação do Programa Cerrado Sustentável adiada para a próxima reunião da CONACER;
- 3) Realizar uma reunião do grupo responsável pelo formato do seminário com os setores produtivos, aproveitando a oportunidade do zoneamento agroecológico e a parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a fim de se trabalhar de forma mais focada a questão do impacto da cana-de-açúcar em região de Cerrado.

Encerramento da Reunião.

ANEXO 1 – Membros presentes na Reunião do dia 28.09.2007

Maria Cecília Wey de Brito – MMA
Jacobson Luiz – MMA
Rogério Dias – MAPA
Josias Miranda – MAPA
Agnaldo Moraes – MI
Carlos Hugo Sampaio – MJ
Sueli Sano – Embrapa
John Landers – APDC
Rodrigo Justus – CNA
Francisco Carlos da Silva – CONAQ
Fani Mamede – CONTAG
César Victor do Espírito Santo – FBOMS
José de Oliveira – FBOMS
Cláudio Bedran – Rede Cerrado

Outros presentes:

Mauro Oliveira Pires – MMA
Roberto Vizentin - MMA
Iracema Freitas – ABEMA
Pedro Luiz de Freitas – Embrapa Solos
Maurício C. De Oliveira - MAPA/SDC
Ionaí Moura – NCP/SBF/MMA

Avay Miranda Junior - NCP/SBF/MMA